



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
12/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
12/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 21:10 horas, com o ponto único da ordem do dia abaixo relacionado.

O Sr. Vereador Paulo Jorge Campos Vicente não esteve presente por se encontrar em representação do Sr. Presidente da Câmara na deslocação oficial a Bruxelas, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira não esteve presente por se encontrar de férias.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26º DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2012/2013**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2012/2013

561 – A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro,

alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do nº 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no nº 1 do art.º 20.º e no nº 1 do art.º 26.º ambos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação da DEDIS datada de 12-09-2012, na qual se justifica a manutenção da necessidade de se proceder à contratação de serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no nº 8. do artº 26.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, bem como a justificação da reafectação dos alunos aos circuitos disponibilizados pela Rodoviária do Tejo, S.A. o que determina, parcialmente um aumento do preço base do procedimento de contratação.

Considerando que, face ao supra exposto e considerando que o Processo de Aquisição n.º 46/2012-AP/DEDIS ficou deserto pela não apresentação de proposta por parte do único concessionário para os circuitos objeto do contrato a celebrar, Rodoviária do Tejo, S.A..

Considerando que a Rodoviária do Tejo, S.A. mantém o entendimento de que a redução remuneratória não se aplica aos serviços de transporte escolar por o preço dos bilhetes ser estabelecido por portaria, atento o exposto no ofício com registo de entrada E/6348/2012, em anexo.

Considerando que face ao exposto, o preço base do novo procedimento será de 40.535,00 euros, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar, sendo que a este não se aplicou a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012

O procedimento a adotar é o ajuste directo nos termos do artigo 24, n.º 1, alínea e) do Código dos Contratos Públicos, atenta a exclusividade da empresa Rodoviária do Tejo S.A. nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande, sendo esta a empresa a concessionária deste serviço público, conforme documento em anexo emitido pelo IMTT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., E/6610/2012 de 4 de Setembro de 2012.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, serão apresentados pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito nos Documentos Previsionais de 2012 a dotação para a assunção da despesa relativa ao *“TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LECTIVO 2012/2013”* na classificação orgânica/económica 07/020210, ação do PAM 2012/A/37, e na

classificação orgânica/económica 07/020225 do Orçamento da Despesa, conforme proposta de cabimento em anexo.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Considerando que a disponibilização de transporte aos alunos abrangidos pelo processo de aquisição n.º 46/2012 não pode ser adiada até que se obtenha o necessário assentimento do concessionário ao cumprimento da Lei do Orçamento de Estado de 2012 ou se obtenha uma decisão judicial com força de caso julgado.

Considerando que as atividades escolares se iniciam no próximo dia 17 do corrente mês de setembro e que o específico interesse público subjacente é claramente superior ao interesse público inerente ao cumprimento das leis em vigor.

Considerando que não é já possível adotar qualquer outra diligência que não seja a de aceitar as condições que o único operador licenciado entende propor.

Considerando que seriam irreparáveis os prejuízos para o interesse público decorrentes da ausência dos transportes escolares em causa, designadamente no que respeita à impossibilidade de os alunos comparecerem às aulas com as inerentes consequências legais, assim como no que respeita à organização da vida familiar e ao seu sucesso escolar, tão importante e relevante para a criação de condições com vista ao reforço da produtividade dos futuros trabalhadores.

Considerando que não é possível recorrer a outro operador económico e não é viável, nem legalmente possível a prestação direta do serviço por parte desta autarquia, tendo em conta as regras legais que presidem ao acesso a este segmento da atividade de transporte urbano de passageiros.

Considerando que a presente autorização, nos seus estritos termos, se destina unicamente a viabilizar o início normal do ano letivo, pelo que não pressupõe a aceitação, expressa ou tácita, do entendimento do concessionário em causa.

Considerando os termos constantes da Lei do Orçamento de Estado de 2012 e o teor das políticas públicas adotadas na sua sequência é oportuno instar as entidades governamentais e reguladoras que tutelam o setor dos transportes a esclarecer, em termos definitivos, as obrigações de serviço público a cargo dos concessionários e a sua sujeição e conformação com as leis gerais e abstratas em vigor.

Considerando que a presente deliberação é tomada, numa situação de estado de necessidade (artigo 3.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo), na medida em que os serviços em causa não podem ser executados por outra entidade – em face do direito de exclusivo detido pela empresa Rodoviária do Tejo, SA – nem podem deixar de ser prestados por implicarem a impossibilidade de os alunos abrangidos frequentarem as escolas em que estão inscritos. Para o efeito concorre o perigo iminente e atual dos alunos ficarem sem transporte para frequentarem as aulas do ensino obrigatório; estar em causa um interesse público essencial na área da ação social escolar, que tanto se agudiza na grave situação social e económica que o país atravessa e que supera o interesse público subjacente ao cumprimento da norma legal em apreço; a situação decorre da condicionalidade excecional emergente da assistência financeira internacional que não se pode coadunar com a interrupção de serviços públicos essenciais e inerentes à realização de normas constitucionais; que a situação não foi, direta ou indiretamente, provocada por esta autarquia (que lançou um procedimento que ficou deserto); e que só é contornável pela não aplicação do segmento da regra estabelecida, pelo menos até ao momento que se dilucide definitivamente a controvérsia.

Considerando que, em função da resposta das entidades governamentais e reguladoras, esta autarquia promoverá as diligências que forem devidas para o cumprimento do direito aplicável ao caso e à proteção do interesse público.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5, alíneas a) e b), do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação do “Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
12/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 20

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

562 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 21:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião